



Podcast de 22 de abril de 2020

“Do desvio às diferenças” (2005): revisitando o artigo e suas discussões à luz do presente

Entrevista de Daniel Canavese (UFRGS) com Richard Miskolci, sociólogo do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde coordena a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Miskolci também é pesquisador do CNPq e coordenador do Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde.

1) Em uma de suas produções "Do desvio às diferenças", que estará disponível aqui como material do curso, você menciona a predominância, no início do século XIX, de uma visão biológica da sociedade e de seus problemas, que levava a encontrar a solução de questões sociais e históricas como "profilaxia". É nessa esteira que as pessoas passam a ser classificadas como "anormais" ou "desviantes".

Poderia comentar um pouco mais sobre esse conceito de desvio, enquanto fuga de normas instituídas por grupos sociais. Por que ele ainda é chave para compreender o que acontece com alguns corpos e explica, em partes, porque existe a ideia de um "corpo universal". Isso tem relação com a ideia de darwinismo social?

Richard Miskolci: Permita-me responder à pergunta por um outro viés, situando o artigo dentro de seu objetivo que é o de superar o conceito de desvio, problematizar a associação entre sociedade e “corpo social” e, sobretudo, criticar versões renovadas de darwinismo social que, no presente, talvez apareçam mais em discursos econômicos neoliberais como o do empreendedorismo. Nessa linha, importa mais a inflexão que o texto coloca desde o título sobre a passagem do desvio às diferenças, uma passagem que não pode ser



confundida como superação antes como a emergência de uma perspectiva crítica – das diferenças – frente à ainda existente que as classifica e busca “corrigir” como “desvios”.

“Do desvio às diferenças” descreve como as abordagens sociológicas sobre o desvio mantinham a problematização social hegemônica sobre os comportamentos recusados e classificados como anormais até que – em meio às transformações políticas da década de 1960 e à emergência de movimentos sociais como o feminista da segunda onda, o homossexual e pela igualdade étnico-racial – pesquisadores como Howard Becker, Erving Goffman e Michel Foucault inverteram a perspectiva analítica para as dinâmicas e processos sociais que rotulavam e/ou criavam os desviantes/anormais.

A partir dessa inflexão, com a emergência dos saberes insurgentes a partir da década de 1970 e 1980 – como os feminismos, a Teoria Queer e os estudos pós-coloniais –, surgiram abordagens teóricas e conceituais afeitas a uma analítica da normalização não apenas nas práticas sociais, mas também na própria epistemologia hegemônica nas ciências sociais e humanas. Questionou-se, por assim dizer, como as ciências sociais e humanas lidavam com questões como a desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros, hetero e homossexuais.

O resultado foi que a forma como a sociedade encarava diferenças de gênero, orientação sexual e origem étnico-racial tornou-se objeto de investigação sublinhando as relações de poder que geravam desigualdades. De forma sintética, o que o discurso hegemônico definia como desvio passava a ser discutido como diferença em uma reação às forças normalizadoras e às práticas sociais hierarquizantes que justificavam, por exemplo, o acesso desigual de mulheres, negros, indígenas e homossexuais a direitos e cidadania.

Naquele momento, grosso modo entre as décadas de 1960 e 1980, ainda que esses estudos tenham avançado, eles eram – de certa maneira – um discurso de réplica construído na perspectiva identitária ou, quando muito, de um essencialismo estratégico. A partir da década de 1990, é que ascendem com mais força na academia as perspectivas analíticas que podemos chamar de diferenças. Por exemplo, nessa linha de mudança, os



estudos de mulheres começam a ser sofisticados por meio do conceito de gênero e os estudos gays e lésbicos começam a ser problematizados pela Teoria Queer.

A abordagem dos estudos sobre diferenças trouxe uma crítica às anteriores fincadas em identidades e mais dependentes da perspectiva dos movimentos sociais. Também desafiou a tentativa do discurso liberal conservador de alocar as diferenças no hegemônico por meio da retórica da diversidade. Ao invés de “cada um no seu quadrado”, as diferenças propõem modificar a sociedade, torná-la mais inclusiva e aberta à transformação. O fato é que esse grau de sofisticação se desenvolve em paralelo à continuidade, na vida cotidiana, de perspectivas calcadas no desvio que acionam os discursos de réplica das afirmações identitárias.

O conceito de “desvio” continua a ser empregado por aqueles e aquelas que desconhecem e/ou recusam a perspectiva das diferenças e veem o mundo sob a perspectiva de quem é detentor do critério da normalidade, em geral, associada a uma moral tradicional; religiosa ou não. Na visão desses segmentos sociais, que no Brasil são numerosos, é como se a nação, a coletividade, a sociedade como a compreendem fosse definida por valores tradicionais inquestionáveis e qualquer mudança ou flexibilização só pudesse ser compreendida como ameaça ou ataque.

Uma questão importante seria: por que esses segmentos populares são tão inflexíveis? Por que veem demandas de igualdade como ameaça à família? Uma hipótese plausível é que, para largos setores da sociedade brasileira, em meio às crises econômicas e transformações sociais, uma versão idealizada de família se tornou um refúgio e qualquer coisa que obrigue a reconhecer que nenhuma família é perfeita e que também há desigualdade e violência dentro de casa gera negação. Um dos mecanismos negacionistas é projetar os problemas no exterior, em supostas ameaças externas.

A sociedade conectada que se tornou hegemônica na década de 2010 foi fundamental para que esse reavivamento da noção de desvio viesse à tona, pois permitiu que segmentos sociais com visões tradicionais se organizassem politicamente como nunca antes recusando até a ciência para reafirmar suas convicções. Convicções que disseminam por meios digitais e constroem grupos e líderes políticos. O negacionismo



científico e democrático permite priorizar as crenças e o senso comum herdados recusando rever ou atualizar sua perspectiva sobre o mundo. Sobretudo, questões de ordem do direito, da justiça e da saúde pública terminam sendo reduzidas a falsos dilemas morais em que tudo o que é diferente termina rotulado de imoral, desviante, ameaça à família.

Como sociólogo, posso afirmar que a maior ameaça à família é a falta de diálogo, a recusa a reconhecer que a sociedade mudou e com ela também a unidade familiar e suas relações de poder e hierarquias. Segundo o IBGE, hoje temos mais lares chefiados por mulheres e, de acordo com os dados de segurança pública, a violência doméstica não é mais admitida em silêncio. Há também arranjos familiares diferentes, casais formados por pessoas que já tiveram outros casamentos e por pessoas do mesmo sexo. Tudo isso é a realidade e não constitui nenhuma ameaça à família, apenas a está transformando e, em muitos aspectos, para melhor: como um arranjo mais flexível, democrático e inclusivo.

2) No cenário da pandemia da Covid-19, grupos nacionais têm sido estigmatizados. Como você menciona em um dos trechos do texto: "o anormal emerge como desviante e a explicação de seu desvio se assentará crescentemente em uma hipotética natureza corrompida". Como a produção científica pode se afastar dessa perspectiva dual "normalidade-desvio"? Por que isso parece ser essencial nesse momento da pandemia?

Richard Miskolci: O contexto da Pandemia tende a reavivar leituras biológicas sobre a sociedade e as relações internacionais que pareciam superadas e já faziam parte de um passado distante. O fato é que a história das epidemias e pandemias mostra que uma das primeiras reações a elas sempre foi a busca de um culpado, frequentemente um culpado de fora, um país ou um povo que poderia servir de "bode expiatório". Vide meu artigo "A prevenção do desvio", com Larissa Pelúcio, no qual dedicamos um item apenas a esse tópico.

Infelizmente, não é diferente durante a pandemia de COVID-19 e é o que se passa quando políticos populistas buscam culpar a China ou segmentos racistas discriminam ou perseguem chineses como supostos transmissores do vírus SARS-Cov 2. Trata-se de um



uso político da emergência sanitária em que líderes buscam tirar o foco de sua incompetência na gestão da saúde. Na mesma linha, a pandemia permite que segmentos sociais xenofóbicos projetem seus preconceitos no “estrangeiro” e tentem justificar suas atitudes discriminatórias como sendo pelo bem de seu “próprio povo”.

Uma das possíveis formas de se opor a essa forma política de patologização do Outro é contrapor a elas o fato científico de que somos uma única espécie e os intercâmbios entre humanos e animais permitem a transmissão de vírus e sua disseminação por toda parte. As doenças se originam ora aqui ora acolá, mas são um fato natural e biológico, não o resultado de um plano ou conspiração. No passado, já se atribuíram origens nacionais – algumas erradas e até estapafúrdias – à AIDS, à influenza de 1918 (erroneamente atribuída a Espanha), ao cólera, etc, etc. Culpar algum país ou nação por uma pandemia tende a ser diversionismo.

A origem efetiva do vírus pode ser noticiada e pesquisada para se contrapor às notícias fraudulentas e as teorias da conspiração que se tornaram poderosas na última década. Fatos e evidências checados e pesquisados por instituições sociais reconhecidas como o jornalismo profissional e as universidades precisam ser divulgados e contrapostos aos achismos das redes sociais digitais e dos aplicativos de troca de mensagens. Líderes populistas precisam ser confrontados em suas manipulações políticas e segmentos sociais responsabilizados legalmente por disseminar discursos de ódio ou agirem de forma discriminatória e preconceituosa.

Responder à sua pergunta, portanto, demanda inserir o desafio científico na esfera pública contemporânea em que vigora a hegemonia da comunicação horizontalizada pelas plataformas online. O que já pareceu o prenúncio de uma ordem comunicacional mais democrática tem se revelado um contexto em que a horizontalidade iguala a ciência ao senso comum, permite que qualquer um dissemine sua visão sobre um fato sem provas tampouco baseando-se em evidências. Trata-se de um contexto perigoso e autoritário que demanda esforço redobrado de convencimento do grande público, em especial o conectado, de que as fontes de informação são importantes e não se pode acreditar – e seria melhor não disseminar – notícias ou teorias de procedência duvidosa. O desafio da universidade e da ciência hoje é o mesmo enfrentado por outras instituições: contrapor-



se ao poder desmedido das redes sociais digitais que recusam as mediações institucionais em favor da opinião e do senso comum. Sem o merecido reconhecimento coletivo à ciência – assim como a outras instituições de mediação social - a opinião pública conectada tende a ser moldada pelos “fatos alternativos” e as notícias fraudulentas (*fake news*) que espalham a desinformação, premiam a ignorância e pavimentam caminhos políticos autoritários.

3) Em seu texto você aborda a questão de tecnologias de poder disciplinar e normalizador. O que seriam elas e, na sua opinião, acredita que foram recrudescidas na atualidade em virtude da pandemia da Covid-19?

Richard Miskolci: As tecnologias disciplinares e normalizadoras vêm há muito sendo sucedidas ou associadas às de controle. O século XXI já é o da hegemonia das relações mediadas digitalmente, ou seja, vivemos em uma era em que nos relacionamos em um contínuo on-line-offline que tem transformado a ordem social, política e nossa própria subjetividade. As Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) são o grande veículo da ordem social de controle e disciplinamento do presente. A pandemia de COVID-19 veio apenas aprofundar e acelerar um processo já em andamento, portanto temos que refletir para além da recente preocupação com o uso dos dados celulares pelo Estado para calcular o grau de distanciamento social que temos alcançado.

Já se tornou quase senso comum o fato de que a socialização por plataformas online como os serviços comerciais de rede social como Facebook, Twitter e Instagram cobram seu preço no rastreamento, compilação e criação de perfis comportamentais de seus usuários, os quais são compartilhados ou vendidos para parceiros comerciais. O uso dessas tecnologias, portanto, levam à perda de privacidade e segurança dos usuários em favor da exploração comercial e do controle pelo mercado.

O temor de que o Estado venha a fazer uso dos dados de navegação ou rastrear-nos, como tem ocorrido durante a pandemia, é apenas mais um ingrediente que tende a ser alçado a risco gigantesco apagando ou minorando o poder que o mercado já tem sobre nossas vidas. Ambos os usos deveriam ser considerados nas análises: tanto o pelo



mercado quanto o pelo Estado. Apenas a regulação social pode equilibrar isso em favor dos usuários e da sociedade. Tal regulação exige ao menos duas vertentes: uma econômica e outra legal.

Seria positivo que se desmontasse o oligopólio econômico de pouco mais de cinco empresas que controlam a Internet em favor da livre competição e da ampliação de opções. É empobrecedor para as pessoas e nossa sociedade que a janela para o mundo de bilhões de indivíduos tenha se estreitado à entrada a um serviço comercial de rede social como o Facebook. Ele, a despeito de ser uma plataforma de rede social, funciona efetivamente como um portal por meio do qual seus usuários acessam tudo. Isso resulta em uma versão reduzida e empobrecida da Internet para quem o usa assim como um tipo de navegação que concentra seus dados e uso comercial para essa empresa e parceiros.

Também seria bem-vinda uma regulação das relações online de maneira a proteger a privacidade dos usuários, limitar a coleta de seus dados de navegação assim como seu uso para criar modelos comportamentais ou, pior, psicométricos. Regulações jurídicas poderiam contribuir para coibir os abusos, perseguições e violências que grassam nas redes digitais transformando-as em espaços em que as relações se aproximem dos protocolos e limites das off-line garantindo respeito e civilidade. Ao mesmo tempo, regulações permitiriam responsabilizar os grupos de interesse que disseminam desinformação e os indivíduos (e suas “manadas digitais”) que criam discriminação, censura e perseguição visando a desmoralização ou mesmo a destruição de outros sujeitos.

Nas minhas pesquisas, reconheci que segmentos sociais estigmatizados foram dos primeiros a buscar online condições de sociabilidade e formação de redes de apoio. Até a década de 2000, é possível dizer que a configuração da internet ainda permitia esses usos, mas seu controle por poucas corporações e sites comerciais de rede social mudou radicalmente o cenário. Desde a década de 2010, os serviços comerciais de rede social tornaram as relações mais competitivas e conflitivas. Hoje, online, é mais fácil a pessoa se inserir em contextos violentos que a fragilizam do que construir redes de apoio e resiliência.



Práticas como a perseguição ideológica e comportamental que chegam aos extremos do cancelamento tendem a gerar problemas de saúde mental não apenas nos que se tornam párias, mas também naqueles que lideram ou adotam comportamentos de manada. Online, já vemos esses comportamentos coletivos de disciplinamento e punição de uns contra outros e dentro dos próprios segmentos sociais estigmatizados. Eles precisam ser contidos. Era algo a fazer antes da Pandemia e que continua a ser um desafio a enfrentar depois dela.

4) Já há muitas análises circulando de diversos filósofos sobre o futuro pós-COVID 19. Você avalia que a Pandemia traz quais dilemas entre poder e resistência?

Richard Miskolci: Como sociólogo, vejo as relações sociais marcadas sempre por contradições que deixam em aberto possibilidades que só teremos condições de avaliar completamente depois, a partir de bases empíricas, coletadas de forma metodologicamente sistemática de pesquisa. Discordo, portanto, de análises apressadas que são, na verdade, apenas interpretações do que se passa por meio de modelos de pensamento. Prefiro partir de bases empíricas e aceitar os limites que a realidade e os dados disponíveis impõem à análise sociológica nesse momento. Eles delimitam o que posso avaliar e estabelecem a validade temporal de minha análise como restrita à nossa conjuntura.

A sociologia me obriga a me ater aos fatos e às evidências, a evitar “futurologia” e fincar-me no presente. Nesses termos, no que se refere especificamente ao momento da Pandemia e seus dilemas, é necessário avaliar – por exemplo - se o uso da conexão celular para calcular o isolamento social fere mais a privacidade do que garante a segurança sanitária. Não sou especialista, mas me parece plausível que os dados gerais – sem identificação das pessoas – possam prover informações valiosas para a saúde pública preservando a privacidade das pessoas. Portanto, discordo de leituras distópicas que têm aparecido, principalmente em certos leitores mecânicos de Foucault, de que



inevitavelmente entraremos em um modelo de governamentalidade biopolítica radicalizada. Tais visões ignoram que a pandemia não equivale a respostas iguais em toda parte tampouco necessariamente duradouras. Os estudos prévios sobre epidemias apontaram, ao contrário, que elas adquirem características locais e as respostas de cada sociedade são diferentes.

No Brasil, o uso de aplicativos que gerenciam individualmente as pessoas coletando dados sobre seu estado de saúde, localização e movimentação exige maior cuidado e discussão coletiva. A proposta de adotar medidas como as da Coreia do Sul que envolvem o controle, identificação de novos casos e isolá-los socialmente assim como seus contatos não é simples de implementar tampouco livre de questionamentos já que fere noções básicas de privacidade e direito de ir e vir. Trata-se de uma proposta que sobrepõe interesses coletivos aos direitos individuais em um grau pouco aceitável para nossa cultura.

Tal proposta, assim como sua possível vinculação às já polêmicas tecnologias de identificação facial associadas às câmeras de segurança, serão testadas por um debate em que não caberão apenas critérios técnicos e de efetividade. O monitoramento da saúde e da mobilidade em termos individuais representam um risco potencial de controle extremado que precisa ser contido e seus limites estabelecidos. Em sociedades plenamente democráticas, o interesse coletivo se associa ao respeito à liberdade individual. Teremos que encontrar um meio termo em nosso país, assim como outros farão o mesmo segundo suas condições locais.

5) Poderia ser mais específico sobre como vê a emergência de saúde pública afetando nosso cotidiano com consequências para o cenário pós-Pandemia?

Richard Miskolci: Gostaria de chamar a atenção para um efeito possível da pandemia que une características culturais e econômicas, mas também de saúde mental. Os segmentos sociais privilegiados que, em isolamento social, tiveram suas atividades de trabalho transferidas para o lar precisam estar atentos às consequências atuais, mas sobretudo, futuras que isso pode acarretar. É possível que a pandemia acelere a migração



da economia off-line para o on-line, incentive o ensino a distância e impulse a transferência do trabalho para a casa rompendo definitivamente uma fronteira que – mesmo de maneira tênue – garantia um limite saudável entre a esfera pública e a privada.

Em outros termos, tais tendências podem causar forte desemprego estrutural, validar políticas que priorizem a preocupação com os custos em detrimento da qualidade da educação assim como a exploração do trabalho pode se intensificar a níveis nunca antes vistos. A tecnologia, que podia ser uma via de libertação e facilitação do trabalho ou da educação, pode se converter em meio de controle sobre todos e a avaliação contínua de seu desempenho intensificando problemas de saúde mental já criados na sociedade conectada, mas que podem se somar a outros, novos, que precisamos identificar e pesquisar.

Podemos encarar essa mudança em relação ao trabalho como transferindo o que antes era o limite territorial do trabalho – trabalhava-se no escritório, na empresa ou na universidade – para um limite pelo tempo estabelecendo que o trabalhador/a não precisa (nem deve) trabalhar além de certo horário ou número de horas. Vale lembrar a lei francesa que proíbe empregadores de enviarem e-mails a seus contratados depois das 18 horas ou em dias de folga. Tal visão, no entanto, deixa de reconhecer que a expectativa do empregador – mercado ou Estado – há muito é a da produtividade e envolve cumprimento de prazos e alcance de metas. Cada trabalhador tende a ser responsabilizado por elas, o que o leva a jornadas mais longas e a um contínuo estado de vigília. A pessoa permanece à disposição aos chamados que vêm não só dos canais oficiais do empregador, mas também pelas redes sociais e aplicativos de mensagem.

A pandemia intensifica e acelera mudanças já em curso, mas ela também pode servir para justificar novas formas de controle, disciplina e exploração que antes já eram possíveis, mas encontravam limites ora suspensos e, em breve, questionados em nome de interesses como o de segurança sanitária. As formas de controle e exploração acima mencionadas são tão graves quanto a Pandemia e podem trazer consequências econômicas e de saúde que sobrevirão ao SARS-Cov 2. Espera-se que a alternativa ao desemprego não seja a exploração desumana do trabalho às custas da saúde física e mental



da mão-de-obra conectada assim como a segurança sanitária não oblitere o direito à privacidade.

São dilemas que serão debatidos pós-Pandemia e resultarão em conclusões e soluções mais matizadas do que as extremas que aparecem em meio à emergência de saúde pública. Onde há poder há resistência e aparentes dilemas e paradoxos de um momento se desconstroem depois. Cabe a estudos futuros avaliarem o que a Pandemia de COVID-19 nos legará.

Para concluir, se você me permite eu gostaria de comentar o que o texto “Do Desvio às Diferenças” parece evocar. Quando surgiu a proposta de entrevista sobre ele me surpreendeu que um artigo tão antigo, já com 15 anos desde a publicação, ainda seja lido e discutido. Depois de nossa conversa neste Podcast, pecebo que “Do desvio às diferenças” é sobre como uma visão autoritária sobre as diferenças, que as compreendia como desvio a ser corrigido e normalizado, passou a ser criticada por uma perspectiva mais democrática, que reconhece a diferença como podendo ser acolhida socialmente.

A atualidade do texto pode se dever ao fato de que permanecem as duas perspectivas em nossa sociedade. Mantém-se em debate se as diferenças são algo a ser corrigido ou reconhecido, se nossa sociedade deveria normalizar os que alguns veem como desviantes ou abraçá-los como parte integrante dela. A proposta do artigo é a de crítica ao autoritarismo em favor do acolhimento, respeito e reconhecimento. As diferenças, de qualquer forma, continuarão a incomodar, não apenas porque colocam em xeque visões estáticas sobre o que somos, a dos conservadores, mas também porque não se materializam em identidades, como pensam muitos progressistas. As diferenças são a expressão do constante refazer dos sujeitos e da construção de novas formas de existir no mundo.